

Á cidade no jornal, o jornal na cidade: um mapeamento da influência dos endereços na história do Jornal do Brasil¹

Ítala Maduell Vieira

Fundado em 1891, na Rua Gonçalves Dias 56, o Jornal do Brasil, veículo impresso que circulou entre 1891 e 2010, e desde então restrito ao site www.jb.com.br, em pequena redação na Avenida Paulo de Frontin 568, estabeleceu profunda relação com a cidade do Rio de Janeiro, parte mesmo de sua identidade. Este ensaio propõe analisar a relação do Jornal do Brasil, veículo impresso que circulou entre 1891 e 2010, com a cidade do Rio de Janeiro, a partir de discursos autorreferentes e de relatos de jornalistas, particularmente sobre seus dois principais endereços: a Avenida Rio Branco 110 e a Avenida Brasil 500.

O JB teve como primeira sede a Gonçalves Dias, de 1891 a 1910. A estreita e movimentada rua era endereço de diversos estabelecimentos comerciais de prestígio, como a Confeitaria Colombo, fundada em 1894 e um dos ícones da chamada Belle Époque no Rio. Nesta época, a leitura dos jornais era um hábito matinal nas mesas do café da manhã, nos bondes, trens. E não apenas “os ricos industriais, os fazendeiros, os políticos, mas os trabalhadores, empregados do comércio, ambulantes, vendedores, militares de baixas patentes, funcionários públicos, mulheres, presidiários” eram leitores habituais ou esporádicos de jornais, como observa Marialva Barbosa (2010: 204). O jornal propunha-se a ser um órgão de imprensa “popular”, defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações (Ferreira e Montalvão, 2002).

O Jornal do Brasil difundiu-se em todas as camadas sociais. Não o lê só o negociante opulento, nas horas que os seus afazeres deixam vagas. Também o procura quotidianamente o humilde operário, ao deixar operado o trabalho

do dia. Indaguem aos vendedores os que pensam que exageramos (Jornal do Brasil, 15/11/1900, p. 2).

Havia duas formas, então, de o leitor se comunicar com os jornais: por carta ou pessoalmente, e era o Jornal do Brasil “o que mais recebia a visita dos leitores, que procuravam o periódico para que o redator de *Queixas do Povo* anotasse suas reclamações” (Barbosa, 2010: 220-221). Análise comparativa da pesquisadora a partir das colunas de diálogo com o leitor mostra um total de 182 do JB, 95 do Correio da Manhã e 31 de O Paiz em 1901. A primeira página do Jornal do Brasil de 15 de novembro de 1900 é exemplar da frenética Revolução Científico-Tecnológica, como chama Sevcenko (1998), e da euforia que provoca. A ilustração principal reúne os artefatos tecnológicos que permitem a rapidez necessária à divulgação de notícias: o telégrafo e suas linhas de transmissão, o navio a vapor, a impressora que permite ao jornal rodar 60 mil exemplares; outra mostra um repórter ao telefone, e uma terceira destaca personagens pobres e oprimidos, tipo de público ao qual o jornal se atribui o papel de defensor (Barbosa, 2007: 31). O noticiário internacional não era desprezível: o Jornal do Brasil tinha correspondentes telegráficos em Paris, Roma, Londres, Lisboa, Montevideu e Buenos Aires, recebendo em média pelo cabo submarino de 600 a mil palavras diárias (Jornal do Brasil, 1/1/1901, p. 1). Mas era no primeiro andar da Gonçalves Dias, a que se chegava por uma “elegante e bem trabalhada escadaria de ferro, torcida em espiral”, que se dava a interação com os leitores e os pobres da própria cidade:

O redator de plantão recebia reclamações, notícias, retificações para a edição do dia seguinte. Outro funcionário era encarregado de atender um “número extraordinário de infelizes que vão buscar ali os óbolos que a caridade e a benemerência dos leitores da folha lhes distribuem diariamente (Lobo, 1896, apud Barbosa, 2007: 38).

No início do século XX, a população do Rio de Janeiro era composta por pouco menos de 1 milhão de habitantes, a maioria negros, ex-escravos libertos e seus descendentes, e migrantes das fazendas decadentes em busca de trabalho, principalmente no Porto do Rio, então o mais importante do país e o terceiro no mundo, depois dos de Nova York e Buenos Aires. Num contexto de estímulo ao desenvolvimento e intensas trocas comerciais, o Centro do Rio passaria pela grande reforma de reurbanização e sanitária encomendada pelo presidente Rodrigues Alves. O engenheiro urbanista Pereira Passos empreendeu o “bota-abaixo” dos casarões e ruas estreitas do antigo Centro, abrindo o fluxo para o escoamento de mercadorias do porto e afastando a população pobre, em paralelo à reforma sanitária de Oswaldo Cruz. A “Regeneração”, como foi apelidada pela imprensa, teve como marco a

abertura, em 7 de setembro de 1904, da Avenida Central, eixo do projeto urbanístico, de forte influência francesa: fachadas em estilo *art nouveau*, em mármore e cristal, compunham com elegantes lâmpadas da moderna iluminação pública e as luzes das vitrines das lojas de finos artigos importados (Sevcenko, 1998: 20-26), roubando da Rua do Ouvidor e do Boulevard 28 de Setembro parte da alta burguesia e atraindo o comércio, além de jornais.

A considerar o que diziam os cronistas da época, o Rio de Janeiro definitivamente “civilizara-se”. Revista da Semana (criada em 1900), O Malho (1902), Careta (1907) e Fon-Fon (1908) anunciam os passeios pela Avenida Central, as festas na Beira-Mar, torneios que reuniam as elites. A publicidade também indica um público ávido por consumo e modernidade. Mas este público que desfruta da transformação da cidade se concentra nos bairros nobres da cidade. A população expulsa pelo “bota-abaixo” migrara para os subúrbios da Central e da Leopoldina, que em 1920 concentravam quase a metade dos 1.167.500 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico daquele ano (Barbosa, 2007: 57).

É a este público das camadas populares que o jornal se dedicava, abrindo espaço para colunas como “Subúrbio” e “Os crimes de polícia” e notícias ligadas ao jogo do bicho, ao carnaval e denúncias, tendendo ao sensacionalismo, o que lhe rende a alcunha de “O Popularíssimo” pelos demais veículos. Num contexto de intensas transformações na capital da República, então vitrine do país, e contando com ampla popularidade, é nesta avenida que o Jornal do Brasil iniciou em 1905 a construção de nova sede, adquirindo novos equipamentos de impressão. O alto investimento desequilibra as contas do jornal, que em 1906 passa a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados, como forma de obter receita.

Não se poupa, porém, com o novo endereço. Na Avenida Central, futura Rio Branco 110, no coração do novo Centro do Rio, o jornal se estabeleceu em 1910 e lá permaneceria até 1973 (depois retornaria, entre 2002 e 2005), num prédio que foi um marco na história e na geografia da cidade. Ao ser inaugurado, era o maior da América do Sul e uma joia arquitetônica da Avenida Rio Branco. Construído em bloco até o quinto andar, começava a se estreitar a partir do sexto, formando a base de uma torre. Havia um relógio e uma sirene que anunciava o lançamento de edições extras (Jornal do Brasil, 4/2/2002). A sirene também servia de *breaking news*, como no anúncio da primeira medalha olímpica brasileira, nos Jogos da Antuérpia, em 1920.

Eis que a sirene do Jornal do Brasil, com todo o vigor, anunciou algo sensacional. A multidão correu para frente do edifício da Avenida Rio Branco. Um funcionário escreveu num quadro negro o teor de um telegrama da Antuérpia: “Os brasileiros Guilherme Paraense e Afrânio Costa conquistaram o primeiro título mundial olímpico para o Brasil”. Imediatamente, gritos de entusiasmo se fizeram ouvir, atraindo a atenção das demais pessoas que passavam. Um

dos diretores do jornal hasteou a Bandeira Nacional e todos os presentes cantaram emocionados o Hino Nacional. Não faltaram também oradores e pessoas que se diziam amigas ou conhecidas dos atiradores (Ferreira, 2007).

O salto de uma população majoritariamente analfabeta no início do século XX para uma ordem cultural centrada nos estímulos sensoriais das imagens e dos sons tecnicamente ampliados fornece uma indicação da trajetória da sociedade brasileira nesse período de mudanças intensas e rápidas (Novais e Sevcenko, 1998: 38). Sevcenko observa as pressões transformadoras do período, combinadas a novas técnicas, equipamentos, símbolos procedimentos ou quadros de valores associados à “vida moderna”. Em seu capítulo sobre a história da vida privada no Brasil, Sevcenko pretende compreender os modos pelos quais as novas tecnologias alteram as formas de percepção sensorial, possibilitando novos modos de atuação sobre a imaginação (p. 44).

Os gestores do Jornal do Brasil, no entanto, haviam sonhado alto demais. Sem condições de resgatar a hipoteca, em 1919 os irmãos Mendes de Almeida, proprietários desde 1894 do jornal fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco –, o deram ao conde Ernesto Pereira Carneiro para saldar dívidas de hipoteca. Este busca imprimir seriedade ao Jornal do Brasil, convidando membros da Academia Brasileira de Letras e outras figuras do meio intelectual a assinar colunas. Mas o jornal não conseguiu se recuperar financeiramente, e sucumbiu novamente à fórmula do boletim de anúncios.

Nos anos 1950, novo espírito de desenvolvimentismo e modernização toma o país, resumido nos “50 anos em 5” de JK, com fortes ecos na imprensa. O modelo norte-americano estava se implantando de maneira hegemônica no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de um ideário sobre o que era o jornalismo e a sua função social. Foi a época das famosas reformas redacionais, gráficas e editoriais de periódicos como o Diário Carioca e o Jornal do Brasil. Este, principalmente a partir de 1954, quando, com a morte do marido, assume a condessa Pereira Carneiro (Ribeiro, 2007). Assessorada pelo genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito², que já trabalhava para a rádio e para o jornal, a condessa tomava uma série de decisões que abririam caminho para o jornal empreender a sua tão incensada reforma, crucial para o êxito de vendas do jornal, ampliando o leque de leitores, e lhe conferindo identidade própria ao se afirmar e servir de modelo para toda a imprensa (Lima, 2006: 54), contratando jovens talentos – Amílcar de Castro, Janio de Freitas, Ferreira Gullar, entre outros – que começam a mudar as feições do jornal e a ideia que se tinha de jornalismo. Dentre as mudanças mais marcantes destacam-se a primeira página composta por chamadas com resumos das principais notícias e fotos, emolduradas pelos anúncios classificados em forma de L; a criação do Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, em 1959; e do Caderno B, pelo poeta

e ilustrador Reynaldo Jardim, então diretor da Rádio JB, que participa das reformas na redação (Vieira, 2016).

Entre os profissionais que fizeram parte da equipe do *Caderno B* nos dois primeiros anos de publicação havia jovens jornalistas que, se não tinham experiência em redação, falavam outros idiomas, conheciam pintura, cinema, teatro, música, o que terá influência decisiva na mudança de perfil do jornal. Figuram nos primeiros contratos da direção para o recém-criado caderno Cláudio Mello e Souza, Yllen Kerr, Nilson Vianna, Carlos Leonam, Marina Colasanti, Léa Maria Aarão Reis, Gilda Chataignier, Jehovanira Crysóstomo de Souza, José Ramos Tinhorão, e os paginadores José Carlos Avellar (colaborador frequente de Amílcar de Castro no jornal todo) e Fernando Horácio da Matta. E, entre os colaboradores fixos ou eventuais estavam Bárbara Heliodora, Harry Laus, Renzo Massarani, Sérgio Cabral. Marina Colasanti lembra como era a redação da Rio Branco no início dos anos 1960:

Havia palmeirinhas no patamar da escada, vidros jateados com arabescos separando as salas e linóleo verde no tampo das mesas, debaixo das máquinas de escrever. Eu também tinha um estremecimento de palmeiras na alma, farfalhar de medo e insegurança. Tudo era novo para mim (Colasanti, 2005).

Os Rios do Caderno B

O Caderno B, criado em setembro de 1960, terá especial relação com a cidade onde é escrito. Nasceu no único ambiente com ar-condicionado da redação, uma sala com sacada de frente para a Avenida Rio Branco. De certa forma, a própria invenção do espaço dos segundos cadernos na imprensa carioca se justifica especialmente pelo momento de efervescência cultural da cidade, incentivada pelos projetos do recém-eleito governador da Guanabara, Carlos Lacerda – que inauguraria diversos equipamentos culturais, com destaque para o Museu de Imagem e Som, aberto em 1965, durante as comemorações do quarto centenário do Rio de Janeiro. Depois da fundação de Brasília, a representação do Rio de Janeiro progressivamente incorporou novos significados, que articulavam o papel de vitrine do país para o exterior ao lugar de caixa de ressonância cultural e política no plano interno, e ainda é referida como aquela que experimenta comportamentos, processos e problemas e sinaliza alternativas e soluções.

Nessa época, o JB se consolidava como um jornal de alcance nacional, enquanto o Caderno B era um espaço de afirmação de uma identidade local. Marina Colasanti foi por longo período responsável pelas pautas do caderno, lançando mão de revistas americanas, francesas e italianas para ampliar os horizontes: “O caderno se adiantava culturalmente, não era só reflexo do que acontecia aqui; era um fomentador de atitudes” (Colasanti apud Ribeiro, 2016: 108). Reportagens e colunas

cultuavam o bom humor e a descontração da cidade, nas crônicas de Carlinhos de Oliveira, na coluna *Carioca quase sempre*, assinada por Carlos Leonam e Yllen Kerr, sempre lembrada por ter publicado glossários de gírias e o roteiro do melhor chope do Rio; a *Página de Verão* assinada por Marina Colasanti e Lea Maria Aarão Reis de dezembro a março, revelando personagens cariocas, como as garotas de Ipanema Duda Cavalcanti, Guide Vasconcellos, Marieta Severo, Nininha Magalhães Lins e Marcia Rodrigues. Marina Colasanti registrou sua alegria de fazer a *Página de Verão*:

(...) viver a cidade que nem sabujo, farejando pelos cantos, antenas sempre ligadas, olhos nos detalhes, nos esboços, nos nascedouros. E a cidade toda, não apenas a Zona Sul, embora a Zona Sul, *et pour cause*, fosse a nossa praia. Uma crônica, uma coluna, uma reportagem, assim era a *Página*. Durante alguns anos, a impressão que tivemos era de que o verão não aconteceria em sua plenitude sem ela (Colasanti, 2005).

Ziraldo Alves Pinto exaltava: “Aquele B maiúsculo é um ícone carioca, gravado na alma do Rio como a camisa vermelha e preta do Flamengo, a cruz de malta do Vasco, a cartola do Fluminense ou a estrela solitária do Botafogo” (Caderno B do JB, 1/5/2005, p. 1). “Era carioquíssimo” mesmo, nas palavras do editor Paulo Afonso Grisolli (Lima, 2006: 171). Porém, como se observa, esta “carioquice” tinha contornos bem definidos em torno da Zona Sul, como admite Carlos Leonam, a quem é atribuída a “invenção” do ritual de bater palmas para o pôr-do-sol na Praia de Ipanema: “O Alberto Dines, às vezes, reclamava, dizia que eu escrevia para Ipanema, uma minoria”. E argumenta: “Mas as mudanças de costumes dos anos 60 foram registradas pelo caderno” (B, 15/9/1990, p. 9) – como se não tivesse havido mudanças nos costumes fora do perímetro da Zona Sul. Assim, o jornal que já havia sido tachado de “popularíssimo”, nas primeiras décadas do século XX, se bandearia para além túnel, à beira-mar. E renegaria suas bases suburbanas.

Tomou duas reportagens do Caderno B que se destacaram ao fugir da regra e pôr o subúrbio em evidência neste Jornal do Brasil praiano: “Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil”, de Lena Frias, sobre os bailes que movimentavam os subúrbios e a Baixada Fluminense, publicada em 1976; e “Nuvens suburbanas sobre o céu de Ipanema”, de Joaquim Ferreira dos Santos, publicada em 4 de novembro de 1984.

Lena Frias é apontada como a primeira repórter a dar voz ao subúrbio e ampliar as fronteiras do Caderno B para além da Zona Sul. A repórter e o fotógrafo Almir Veiga percorreram os bailes que reuniam de 500 mil a 1 milhão de pessoas nos subúrbios e na Baixada Fluminense, introduzindo gírias, gestuais, formas de vestir e atitudes. A matéria ocupou a capa e mais três páginas, com dezenas de depoimentos e descrições dos encontros das equipes de som dos bailes soul – os Bailes da Pesada de Ademir Lemos e Big Boy, os de Monsieur Lima e os de Gordon do Soul, da equipe Joy Top. O texto começava assim:

Uma cidade de cultura própria desenvolve-se dentro do Rio. Uma cidade que cresce e assume características muito específicas. Cidade que o Rio, de modo geral, desconhece ou ignora. Ou porque o Rio só sabe reconhecer os uniformes e os clichês, as gírias e os modismos da Zona Sul; ou porque prefere ignorar ou minimizar essa cidade absolutamente singular e destacada, classificando-a no arquivo descompromissado do modismo; ou porque considera mais prudente ignorá-la na sua inquietante realidade [...] População que forma uma cidade móvel, cujo centro se desloca permanentemente – ora está em Colégio, onde fica o clube Coleginho, considerado um dos primeiros templos do soul, ora em Irajá, ora em Marechal Hermes ou em Rocha Miranda, ora em Nilópolis ou na Pavuna. [...] Uma cidade cujos habitantes se intitulam a si mesmos de *black* ou *browns*; cujo hino é uma canção de James Brown ou uma música dos Blackbirds [...]; cujo lema é *I am somebody*; cujo modelo é o negro americano, cujos gestos copiam, embora sobre a cópia já se criem originalidades [...]. É o soul power, fenômeno sociológico dos mais instigantes já registrados no país (Frias, 1976).

Lena termina anunciando a pretensão do movimento de entrar na Zona Sul, “colocar a massa nos clubes, nos salões”. E ouve a opinião de um representante da “gang do rock” a respeito. O estudante de medicina Carlos Maria Sena Júnior, 20 anos, da equipe de rock Transa Som, afirma:

A gente está sabendo que eles vão estrear dia 31 aqui no Mourisco, que eles querem tomar a Zona Sul. Acho difícil. Porque quem gosta de rock não vai para o soul, e a Zona Sul é toda do rock. [...] Eles podem vir, mas a maior parte do pessoal brown – não é desfazendo de ninguém – é um pessoal mais pobre, é uma turma pesada, entende? [...] Não vai haver possibilidade de o pessoal do soul tomar conta dos salões, porque os clubes não permitirão. O diretor daqui (Carioca Esporte Clube, na Gávea) proibiu o soul, exatamente para evitar que essa turma black venha pra cá. É uma questão de classe, entende? (Frias, 1976).

A outra reportagem é “Nuvens suburbanas”, uma das mais marcantes que Joaquim Ferreira dos Santos se lembra de ter feito no B, que partia da inédita liberação de uma linha de ônibus da Leopoldina para a Zona Sul pelo Túnel Rebouças. Joaquim fez a matéria reunindo depoimentos de moradores de Ipanema, que revelavam seu preconceito.

Era um momento importante na história da cidade, em que pela primeira vez o subúrbio chegava à Zona Sul em 10 minutos. Terminava com um cachorro latindo, dizendo que a praia estava irreconhecível, onde as pessoas ficavam todas enfarofadas, que as pessoas não sabiam se comportar.

Repercutiu muito. Metade achou que eu estava a favor dos suburbanos, e a outra metade, que eu estava a favor da Zona Sul. Recebi muitas cartas protestando (Santos, 2009).

Como atenta Laura Antunes Maciel em *Outras memórias nos subúrbios cariocas* (2010), o antagonismo entre a Zona Norte e a Zona Sul cariocas não se construiu meramente sobre oposições geográficas ou espaciais, mas sobre noções ou preconceitos de classe que orientam ações e práticas sociais na cidade, da qual é ilustrativa a reportagem de Ferreira dos Santos. As palavras subúrbio e suburbano, além de remeter a determinada região, carente de serviços e equipamentos sociais e bens culturais, incorporam outros sentidos, imagens e sentimentos que remetem a modos de viver e se relacionar com o restante da cidade, como bem demonstra a reportagem de Lena Frias.

Avenida Brasil 500

Em 1973, o ambiente “caótico e apertado” da redação da Avenida Rio Branco é trocado pelo espaço segmentado e organizado no sexto andar do prédio da Avenida Brasil, projetado por arquitetos a partir da demanda de funcionários, como lembrou o coordenador do Departamento de Pesquisa do JB Roberto Quintaes (Melo, 2014). Era, novamente, como no luxuoso prédio da Rio Branco do início do século, um monumento à modernidade e à ostentação. Para ver e ser visto, não mais pelos passantes da Rio Branco, mas pelo ir e vir dos carros, pela frente e por trás, na Avenida Brasil e no viaduto da Perimetral, no acesso ao Centro. Colaborador do jornal, o poeta e cronista Carlos Drummond de Andrade foi quem apresentou aos leitores a mudança e o novo prédio, lembrando o anterior, em *A casa do jornal, antiga e nova*, publicado na capa de caderno especial em 15 de agosto de 1973:

A casa da notícia
com degraus de mármore
e elevador belle époque
alçada em torre
e sirena
chama os homens
a compartilhar
o novo
no placar nervoso
dos telegramas.
Olha a guerra,
olha o reide,

olha o craque da Bolsa,
olha o crime, olha a miss,
o traspasse do Papa,
e o novo cisne plúmbeo
do Campo de Santana.
[...]
Um dia
a casa ganha nova dimensão
nova face
sentimento novo
diversa de si mesmo
e continuamente
pousa no futuro
navio
locomotiva
jato
sobre as águas, os caminhos
os projetos
brasileiros
usina central de notícias
cravada na estrela dos rumos
(Andrade, 1973)

O caderno especial detalhava o “edifício concebido para o ano 2000”, ressaltando que, “numa conjugação de bom senso e exigência de qualidade, jamais foi contratado o mais barato, sempre o melhor”. O prédio de oito andares, em vidro e mármore, coroado por um heliporto no topo, foi projetado para suportar a expansão da empresa por 70 anos, até 2040. Podia abrigar cerca de 1.500 pessoas. Tinha seis elevadores eletrônicos, 1.200 janelas, 500 portas, 750 aparelhos telefônicos. As 20 unidades de rotativas permitiam a impressão de até 70 mil exemplares por hora de um jornal com 160 páginas. Comparativamente, quando na sede da Gonçalves Dias, o JB saía com seis páginas editoriais (Fraga Jr., 2014).

Sevcenko (1998: 42-43) observa como as pessoas agregam a si signos e sentidos que conotam a força e o prestígio da “modernidade”. É o caso de outra crônica sobre o prédio da Avenida Brasil 500, de Marceu Vieira, também impregnada de lembranças e orgulho:

Predião tão bonito e moderno, com heliponto no teto. Espigão-orgulho de seus funcionários, onde conheci a mãe da minha filha caçula e fiz tantos amigos. Gigante vistoso de concreto, onde fui chefiado pelo Marcos Sá Corrêa, o

mais brilhante diretor de redação que encontrei na vida, e onde aprendi a ser o avatar do Ancelmo Gois (nós por ele, ele por nós!). Edifício-monumento ao jornalismo brasileiro, onde ouvi pela primeira vez – e quem disse foi o mestre Vilas-Boas Corrêa – que eu era um cronista (Vieira, 2/3/2016).

Embora muito se diga que a nova planta foi pensada para atender às demandas do jornal e dos jornalistas, muitos não se adaptaram à nova casa. Sérgio Fleury considera que o prédio ficou isolado do resto da cidade, já que a redação foi deslocada do Centro para a Zona Portuária, numa área de difícil acesso a pedestres, décadas antes de qualquer plano de revitalização. Fleury relembra a mudança, em depoimento a Alice Melo:

Em 1973 fomos para a Av. Brasil. Era um prédio três ou quatro vezes maior. Foi a época coincidente com o aumento de repórteres. Mas a gente ficava muito longe, o acesso era um horror. A gente considerava aquilo um elefante branco, uma megalomania. A gente só conseguia sair de carro, tinha Kombi pra levar repórter pro Centro da cidade. Então aí começou o declínio do *JB*. O bom é que os malucos deixaram de aparecer. E em termos de conforto era muito melhor. Enquanto na Rio Branco a gente convivia com cheiro de chumbo, na Av. Brasil não tinha esse problema. Mas tinha coisas que a gente via que era desperdício. Eu lembro que nos elevadores tinha uma plaquinha dos andares, que de noite eram trocadas. Detalhes que eram totalmente desperdício de dinheiro. (...) Tinha um andar [previsto para a TVJB] que nunca foi usado (Fleury, apud Melo, 2014: 90).

A ideia da direção, diante da crise do papel jornal e do crescimento do mercado televisivo, era formar um complexo jornalístico com base no audiovisual para divulgar seus produtos e atingir uma fatia maior do mercado consumidor (Lima, 2006; Melo, 2014). Porém, a construção do prédio da Avenida Brasil, com financiamento atrelado ao dólar, e na expectativa da concessão de um canal de televisão que nunca se concretizou, fez com que o *JB* logo começasse a dar sinais da crise interna da qual nunca se recuperou e que culminaria com a falência.

Além disso, Fleury considera que este isolamento se refletiu na organização interna da redação. O excesso de espaço e organização acabou separando e segmentando os jornalistas. As baias da Primeira Página e as salas da diretoria eram o núcleo central da redação, dividida em dois blocos: um, de frente para a Avenida Brasil, com Cidade, Esporte, Arte, Caderno B e demais suplementos, e a Pesquisa em salão à parte; e outro, voltado para o Porto, com Política, Economia, Internacional e Fotografia. Cisão que reproduzia a “cidade partida”, como cunhou Zuenir Ventura, com hábitos e posturas diferentes em cada lado, Zona Sul e Zona Norte. “A Primeira

Página dividia a redação entre Bélgica e Índia, representadas, respectivamente, pelo pessoal de terno e mais circunspecto da Política, Economia e Internacional, de um lado; e a turma mais ruidosa e informal de Cidade, Esporte e Caderno B, de outro”, definiu a Herkenhoff (2010: 149) o jornalista Mair Pena Neto, que frequentou as duas bandas da redação, como repórter (correspondente internacional de Fórmula 1) e redator de Esporte, editor de Política e repórter especial de Economia.

A volta para a Rio Branco

Dois mil e um, o último ano na Avenida Brasil, foi fúnebre. A redação, que enfrentava atrasos de pagamento e perda de direitos, com a migração compulsória dos contratos CLT, assiste ao arrendamento da marca pelo empresário Nelson Tanure, que muda a direção e contrata um grande número de profissionais (editores, assistentes, repórteres) com altos salários, o que escandaliza os “antigos”. O ar na Avenida Brasil 500, que já não era nada bom, fica quase irrespirável.

Formaram-se na redação dois grupos que mal se falavam. Os primos pobres esperavam algo de bom. Os ricos operavam envergonhados com a discriminação que os beneficiava. Criou-se uma espécie de apartheid na redação do Jornal do Brasil (Herkenhoff, 2010: 335-336).

Herkenhoff (2010) chama o período de *Casa Grande e Senzala*: “Enquanto o jornal incensava nas colunas sociais um conteúdo fashion, da alta costura, das celebridades, jornalistas disfarçados de pessoas jurídicas, enclausuradas na redação, enfrentavam dificuldades para comprar simples *fast food* nos Bob’s e McDonald’s da vida”. Em 2002, em declínio e com a marca arrendada no ano anterior pelo empresário Nelson Tanure,³ o JB voltou para o endereço na Avenida Rio Branco 110, instalando-se no Edifício Conde Pereira Carneiro, com 41 andares, construído com a demolição do prédio original. A redação ocupava então o 12º e o 13º andares. O Departamento Comercial ficava no 29º e a área industrial, no 19º. A volta da Redação ao Centro da cidade reflete uma tendência mundial – a presença dos jornais em meio à pulsação dos conglomerados urbanos. No texto “JB está de volta à sede eterna” (Jornal do Brasil, 4/2/2002), assume que a mudança é fruto da necessidade de “viabilidade econômica da empresa”.

Sobre o prédio da Avenida Brasil, reconhece que a mudança da Avenida Rio Branco para a Avenida Brasil 500 foi uma das causas da crise econômica que começou a enfrentar nos anos 70. O prédio é um marco histórico da arquitetura moderna no país. Mas foi conceituado para um tipo de jornal baseado ainda na linotipia, que tinha seus dias contados. Além disso, a direção da empresa dava como certa a conquista de concessão para abrir uma emissora de TV. Como o JB foi preterido em favor de

outros grupos, acabou abrindo espaços ociosos e transformando a nova sede num prédio superdimensionado.

A sede da Avenida Brasil, objeto de litígio entre a família Nascimento Brito e o arrendatário Nelson Tanure, acabaria sendo abandonada e saqueada. Até as janelas de vidro temperado italiano, com isolamento acústico contra o ruído incessante do trânsito no vizinho Elevado da Perimetral, foram levadas pelos saqueadores. O esqueleto do prédio permaneceria durante anos como ícone da decadência do JB, e do fracasso mesmo de um certo projeto de cidade, até que, desapropriado para cobrir parte das dívidas do jornal com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passaria a abrigar o Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (Into), hospital federal de referência, inaugurado em 2011.

Casa Brasil

Em 2005, por contenção de despesas, o JB muda-se para a Casa do Bispo, anexo de um seminário católico na Avenida Paulo de Frontin, no Rio Comprido, que passa a chamar-se Casa Brasil. Em editorial, o empresário Nelson Tanure lança mão de argumentos como a revitalização do Rio, mais uma vez a “capital irradiante”, modelo e exportadora de tendências para o resto do país:

Construída há mais de três séculos e sediada na tradicional Casa do Bispo, faremos deste marco arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro um conceito. Centro de ebulição de ideias e projetos culturais e também no campo das ciências sociais. (...) O Rio – e o Brasil – amam o JB. Este amor é recíproco. (...) Com realismo na gestão e uma profunda paixão pelo Rio e pelo Brasil, [vamos] fazer do nosso JB o melhor Jornal do Brasil (Tanure, 1/5/2005).

Na mesma edição, Marina Colasanti, que retornava ao jornal como colaboradora, registra: “Como quem volta à casa antiga, chego e me instalo. Mas não é uma casa antiga. É uma antiga casa nova, pois é para fazer o novo que fomos convocados. (...) A velha nova casa guarda ainda as pegadas dos antigos habitantes” (Colasanti, 2005).

Como a cidade, que buscou se manter na vanguarda, capital cultural do país, o jornal construiu imagem associada a este capital simbólico de vanguarda. No Brasil, cabe ao Rio de Janeiro – sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país – o papel de metrópole-modelo: “O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima”. (Sevcenko, 1998: 522).

Porém, entendendo que não se trata de uma única cidade, sequer uma interpretação absoluta desta cidade: é preciso dar conta das várias “verdades contraditórias”, perspectivas distintas de diferentes gerações e classes sociais que, como adverte Ortega y Gasset, não se excluem; ao contrário, tendem a se integrar, na medida em que nenhum esgota a realidade (Sevcenko, 1998: 523). Na nossa modernidade, cada indivíduo vai construir os sentidos que articulam suas experiências íntimas, inventando meios e lutando para ampliar seus sentidos de pertencimento à coletividade e de autonomia individual, num entrecruzar do público com o privado (Novais e Sevcenko, 1998). É assim, por exemplo, na crônica em que Marceu Vieira partilha seu espanto por ter recebido de indenização trabalhista – herança? – um elevador:

Pois meu coração abre agora novamente seu baú de lembranças, muitas delas inúteis diante do julgamento da maioria, pra contar que é meu – é sério, é meu – um dos elevadores do velho JB, naquele prédio ainda tão impregnado de histórias da Avenida Brasil 500, no Rio, onde hoje funciona o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into) (Vieira, 2/3/2016).

Habermas (1984: 42) revê sua definição de esfera pública burguesa, conceituada em 1961, 30 anos depois, já sob contexto pós-massivo (Lemos, 2009), em novas bases de produção e circulação de informação, em fluxo aberto. Neste contexto Marceu, como “cronista digital”, “independente”, expõe seu drama de trabalhador lesado pela empresa jornalística, o que não poderia fazer em qualquer outra empresa jornalística, em texto que o sistema judiciário, esfera de poder, também é questionado.

Em *O declínio do homem público*, Richard Sennett explorou como os indivíduos e grupos fazem sentido social e cultural de fatos relevantes – sobre as cidades em que vivem e sobre o trabalho que fazem –, expondo como as pessoas podem tornar-se intérpretes competentes de sua própria experiência. É ainda Sevcenko (2001) que observa como o capital simbólico passa a ser levado em conta, mais do que as particularidades e a interpessoalidade: é pelos objetos adquiridos, pela forma como se exibem é que se identificam as pessoas – mote da crônica de Marceu Vieira, ao se identificar como proprietário de um elevador. Porém, estabelece relações de afeto com o que o objeto representa, e não por seu valor monetário (por sinal depreciado). Legítimo suburbano, nascido em Morro Agudo, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, o cronista confessa que as ruas e bancos de praça do bairro dividem espaço no seu coração com o elevador cromado do prédio da Avenida Brasil 500, símbolo de status, ostentação e modernidade que acabou despencando como numa vertiginosa montanha-russa.

Itala Maduell Vieira

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
italamad@gmail.com

Recebido em julho de 2017.
Aceito em setembro de 2017.

Notas

1. Versão de artigo apresentado no Grupo de Trabalho *História do Jornalismo* do XI Encontro Nacional de História da Mídia, em junho de 2017.
2. Manuel Francisco do Nascimento Brito, marido de Leda, filha da condessa Maurina Pereira Carneiro, assumiria a presidência da empresa em 1983, após a morte da condessa.
3. Empresário conhecido por adquirir empresas em dificuldades e repassá-las posteriormente obtendo lucros expressivos. Foi dono dos estaleiros Emaq (atual Eisa) e Verolme e desde 2000 é sócio majoritário da Companhia Docas de Santos (SP). Em 2003, arrendou também a marca do jornal Gazeta Mercantil, devolvida em 2009, quando a tradicional publicação especializada em economia deixou de circular. No mesmo período, foi responsável pela edição brasileira da revista Forbes. Tem negócios hoje na área de petróleo (é sócio da PetroRio, antiga HRT) e telefonia (participações minoritárias na TIM e na Oi).

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A casa do jornal, antiga e nova. *Jornal do Brasil, Caderno Especial*, 15/8/1973, p.1.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. *História cultural da imprensa – Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- COLASANTI, Marina. Como quem volta à casa antiga. *Jornal do Brasil, Caderno B*, 1/5/2005, p. B3.
- FERREIRA, Eduardo. *1920 – Jogos Olímpicos da Antuérpia II parte*. 2007. Disponível em: http://www.tiroflu.com/artigos/eduardo_ferreira/jogos_olimpicos_da_antuerpia_ii_parte.htm. Última consulta: 8/4/2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Última consulta: 25/7/2016.
- FRAGA JR., Plínio José da. *A morte de um jornal do Brasil – Contada por seus editores*. Dissertação (mestrado). Comunicação e Cultura/UFRJ. Rio de Janeiro, 2014. 148f.
- FRIAS, Lena. Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil. *Jornal do Brasil, Caderno B*, 17/7/1976, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&PagFis=144015. Última consulta: 28/7/2016.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burgueses*. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERKENHOFF, Alfredo. *Jornal do Brasil: Memórias de um secretário, pautas e fontes*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2010.
- JORNAL DO BRASIL. Aos 110, no mesmo 110. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp0602200291.htm>. Última consulta: 25/7/2016.

_____. O capítulo da Avenida Brasil e JB está de volta à sede eterna. 4/2/2002. Disponível em <http://observatorioidaimprensa.com.br/artigos/asp0602200291.htm>. Última consulta: 25/7/2016.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85)*. Tese (doutorado em História Social), UFRJ, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Outras memórias nos subúrbios cariocas. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio: UFF, 2010.

MELO, Alice Carvalho de. *Na ordem do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil (1962-1974)*. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura), Escola de UFRJ. Rio de Janeiro, 2014. 214 f.: il.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio: E-Papers, 2007.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Nuvens suburbanas sobre o céu de Ipanema. *Caderno B do Jornal do Brasil*, 4/11/1984. Disponível em <http://joaquimferreiradosantos.blogspot.com.br/2011/02/nuvens-suburbanas-sobre-o-ceu-de.html>. Última consulta em 27/7/2016.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. SP e RJ: Editora Record, 2008.

_____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. SP: Cia das Letras, 2001.

TANURE, Nelson S. *O conceito de um ícone carioca. Caderno B. Novo B. Novo JB. Jornal do Brasil*, 1º/5/2005. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&PagFis=132252&Pesq. Última consulta: 24/7/2015.

VIEIRA, Itala Maduell. *O Caderno B do Jornal do Brasil como modelo e mito no jornalismo cultural brasileiro*. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicação da UFRJ, março de 2016.

VIEIRA, Marceu. *Sexto andar, por favor*. 2/3/2016. Disponível em <https://marceuvieira.wordpress.com/2016/03/02/sexta-andar-por-favor/comment-page-1/#comment-188>. Última consulta: 5/3/2016.

Resumo

Este ensaio propõe analisar a relação do Jornal do Brasil, veículo impresso que circulou entre 1891 e 2010, com a cidade do Rio de Janeiro, a partir de discursos autorreferentes e de relatos de jornalistas, particularmente sobre os endereços da Avenida Rio Branco 110; e da Avenida Brasil 500. Como a cidade, que buscou se manter na vanguarda, polo cultural do país, o jornal construiu imagem associada a este capital simbólico.

Palavras-chave

História do jornalismo. Imprensa. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil.

Abstract

This essay proposes to analyze the relationship of Jornal do Brasil, a newspaper that circulated between 1891 and 2010, with the city of Rio de Janeiro, based on self-referential speeches and reports from journalists, particularly on the addresses of Avenida Rio Branco 110; And Avenida Brasil 500. As the city, which sought to stay in the vanguard, the country's cultural hub, the newspaper built an image associated with this symbolic capital.

Keywords

History of journalism. Press. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil.